



Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 79.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1983. (Quinta-feira)

Presidência do sr. deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu França e Caíto Quintana.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Djalma de Almeida César, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57), achando-se em licença o sr. deputado Ervin Bonkoski (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. presidente declara aberta a

SESSÃO O.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Moção:

Do sr. deputado VICTORINO JAMES, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, encaminhando voto de solidariedade ao povo, governo e representantes desta Casa Legislativa, pela calamidade que se abateu sobre a população paranaense em razão das enchentes que assolaram vastas regiões do estado sulino. — Ao conhecimento da Casa.

Ofício:

Sob o número 03/83, do sr. Paulo Marcelo Barbosa Cavalcanti, 1.^o Secretário da Câmara Municipal de Nazaré da Mata, no Estado de Pernambuco, o qual encaminha requerimento número 158/83, com o seguinte teor:

Requeiro, na forma regimental, à Mesa Diretora desta Casa, depois de ouvido o Plenário, que a mesma remeta ofício circular a todas as Câmaras Municipais do País, através da União de Vereadores de cada Estado e de igual forma aos Prefeitos e Vice-Prefeitos Municipais; aos Presidentes das Assembléias Legislativas; aos Governadores e Vice-Governadores estaduais; ao Presidente da Câmara dos Deputados; ao Presidente do Senado da República; aos ministros; aos secretários estaduais; ao presidente e vice-presidente da República, sugerindo que todas estas

autoridades mencionadas descontem a percentagem de 20 por cento dos seus subsídios ou honorários, para ser doada aos ministros; aos secretários estaduais; ao presidente e vice-presidente da República, sugerindo que todas estas autoridades mencionadas descontem a percentagem de 20 por cento de seus subsídios ou honorários, para ser doado ao Tesouro Nacional, quanto for necessário, para pagamento da dívida externa do País. Que as autoridades referidas neste requerimento oficiem a esta Câmara Municipal sobre o acatamento desta sugestão. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 63/83

PARECER:

Senhor Presidente.

Através da Mensagem Governamental n.^o 59/83, encaminha o Chefe do Poder Executivo a esta Casa, anteprojeto de lei autorizando a doação ao Município de Campo Mourão, de imóvel de propriedade do Estado, conforme específica.

Analisando-se a matéria, temos que já tramita por esta Assembléia, o Projeto de Lei número 27/83, de autoria deste Relator, de idêntico teor já apreciado por esta Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável do nobre deputado Caíto Quintana, aprovado em sessão de 24 de maio de 1983, atualmente na Comissão de Educação.

Nestas condições, nos termos do Art. 126, do Regimento Interno, solicitamos seja a presente proposição juntada ao Projeto de Lei número 27/83, por versarem ambos de idêntica matéria.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1983.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Relator

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

Apoio: Hermas Brandão, Anibal Khury, Gilberto Carvalho, José Antônio Fonseca e Caíto Quintana.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o plenário, voto de congratulações à Marinha brasileira e ao excelentíssimo senhor ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, por haver construído, instalado e equipado a Escola de Fluviais de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1983.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Fluviais de Foz do Iguaçu, vem inserir-se no sistema de Ensino Profissional Marítimo que nucleado nos seus dois grandes e modelares Centros de Instrução o CIAGA e o CIABA, possui escolas anexas a um grande número de capitânias, delegacias e agências espalhadas ao longo de nosso litoral e rede fluvial.

A quase inexistência de fluviais na Bacia do Rio Paraná e o surgimento de uma nova navegação irão permitir que de forma planejada, se possa estruturar quantitativamente e qualitativamente um quadro de profissionais ajustado às necessidades da Indústria Fluvial na área.

Assim, gradativamente e à medida em que o mercado

de trabalho exigir, a escola irá colocando à disposição dos armadores os recursos humanos para assegurar uma navegação eficiente, porque é conduzida por profissionais capacitados.

Dentro dessa ordem de idéias, a Escola inicia suas atividades aplicando cursos de formação de marinheiros de convés e de máquinas, categorias que constituem o primeiro degrau da carreira, nas seções, respectivamente, do convés e das máquinas.

Essa escola irá proporcionar ensino profissionalizante a 86 alunos inicialmente, distribuídos em quatro turmas, que irão receber a formação básica inicial indispensável para exercer com segurança e eficácia as funções que lhes cabem a bordo, onde terão oportunidade de aplicar os ensinamentos recebidos nessa primeira etapa da carreira e desenvolver a experiência profissional. Muitos regressarão a esta escola para futuros cursos de aperfeiçoamento, nos quais receberão novas camadas de conhecimentos para o exercício de outras funções mais relevantes; seu contato com a Escola passa assim, daqui em diante, a ser quase permanente. Sempre que necessário, ela também lhe proporcionará cursos especiais, visando a atualizá-lo toda vez que, como resultado das constantes mutações na tecnologia do material de bordo, isso se fizer necessário.

Embora exigida como profissionalizante, a profissionalização não será a exigência única desta Escola. A semelhança do que ocorre nas demais unidades do sistema, mas também uma formação moral, cultura e social, que leve o aluno a integrar-se na comunidade dos homens da Marinha Mercante.

A escola de Fluviais de Foz do Iguaçu deverá ser mais um elo a fortalecer os laços de amizade entre os países que têm ideais comuns de progresso.

Foz do Iguaçu necessitava de há muito, uma Escola para formação de fluviais, uma vez que isso viria a favorecer visivelmente a nossa região, que é uma das mais promissoras em termos fluviais do Paraná, pois com a construção de um dos maiores lagos artificiais do mundo o Lago de Itaipu, teremos um incremento tanto na construção como na própria navegação do Rio Paraná.

Requer outrossim, dar ciência, do presente, à Capitania dos Portos, do Rio Paraná, com sede na cidade de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de aplausos à Revista da APREFFA — Associação de Preservação da Flora e da Fauna.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A APREFFA — Associação de Preservação da Flora e da Fauna, com a colaboração da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná vem editando trimestralmente a "Revista da Apreffa", cujo conteúdo demonstra sobejamente a preocupação dos seus dirigentes que esboçam sua luta em resistir às agressões feitas ao meio ambiente, veiculando matérias das mais autorizadas no assunto, análises as mais amplas, seja através dos seus editoriais, das inúmeras matérias assinadas, dos dados e informações compilados ou dos didáticos ensinamentos acerca do procedimento ideal de todos os que integram nossa sociedade, na preservação do seu próprio habitat.

Valiosíssimo, indubitavelmente, o trabalho de conscientização e educação propiciado pela Apreffa, cujo escopo é a preservação do meio ambiente e, como beneficiário, toda a sociedade, e que atinge o seu ponto mais alto através da edição da sua revista, veículo verdadeiramente educativo.

Por esses motivos, endossamos, desta Casa, a manifestação de apoio e reconhecimento à excelência do trabalho desenvolvido por tantos quantos integram a Apreffa, cujo objetivo é dos mais nobres e necessários, mormente em nossos dias, onde os reflexos catastróficos da falta de respeito ao meio ambiente são notórios e lastimáveis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, um voto de congratulações pelo transcurso hoje, do Dia do Advogado, cientificando-se do presente o ilustríssimo sr. dr. Otto Luiz Sponholz, DD. Presidente da OAB, Seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A nobre classe dos advogados, verdadeiros paladinos da Justiça, tem na data de hoje a comemoração do seu dia. Este Poder, responsável pela elaboração de tantas leis, que passam a fazer parte do nosso universo jurídico, não poderia deixar de prestar a sua homenagem a tão valorosa categoria profissional, que no dia a dia do seu trabalho, exerce a difícil tarefa de defender os direitos do cidadão.

Os serviços prestados à Nação brasileira pela OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, na luta pela liberdade, pelo restabelecimento da ordem jurídica, inspirada no mais pleno nacionalismo, e na constante defesa dos direitos inerentes à pessoa humana, faz dos advogados verdadeiros arautos da lei e da democracia, merecedores, portanto, do nosso respeito e desta homenagem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado telex aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, como também às lideranças de todos os partidos políticos nas duas Casas do Congresso, manifestando sua posição contrária à aprovação do Decreto-Lei número 2045, que estabelece reajuste salarial em 80 por cento do INPC.

A aprovação do referido decreto-lei fere flagrantemente os interesses da classe trabalhadora nacional, ao mesmo tempo em que o País seria humilhado pela intromissão de tecnocratas do Fundo Monetário Internacional, que estariam pressionando os congressistas no sentido da aprovação da matéria.

Entendemos que o Poder Legislativo precisa resgatar sua independência e autonomia e para isso são necessárias medidas e posições de coragem e ousadia. A tutela política e econômica do FMI humilha e envergonha a Nação.

Em nome das forças de trabalho do País é que esta Casa manifesta a sua posição contrária à aprovação do Decreto-Lei número 2045.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Poder Legislativo, algumas vezes, é instado para transformar seu relacionamento com o povo em reivindicações e sugestões junto a outros Poderes. É o que justamente motiva este expediente:

O Município de Altônia — o atual maior produtor de café do Estado do Paraná — detém um progresso acelerado, cujo desenvolvimento veloz exige ampliação dos mecanismos estatais orientados aos suportes sociais como serviços ao alcance da população. Por isso, essa sugestão ao egrégio Tribunal de Justiça do Paraná para que desenvolva medidas legais e pertinentes à criação e instalação do Distrito Judiciário de São João, no Município de Altônia, Estado do Paraná, área de apreciável densidade demográfica, de representativo comércio a servir a população rural, e, finalmente, em especial, a preocupação de se colocar rente à população, serviços de registro de nascimentos, casamentos e óbitos, evitando-se o seu oneroso deslocamento para distritos vizinhos, com sérios desequilíbrios aos seus míudos salários e diminuir a mão-de-obra na lavoura.

Certo de obter dos ilustres desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná o apoio à realização da reivindicação pela comunidade de São João, subscrevo-me com protestos de estima e respeito.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições e disposições do Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao ilustríssimo sr. Mário Stamm, MD diretor geral do Departamento de Trânsito do Paraná, pela criação e instalação de Ciretran na sede daquele progressista município; pela distância de 45 quilômetros que o separa da Ciretran de Umuarama; pelo custo elevado do deslocamento de Alto Piquiri para Umuarama à busca de soluções com transferências de veículos, recolhimento de taxas e trato com certificados de propriedade.

Ressaltando que Alto Piquiri muito agradecerá pela aplicação do que ora solicita, subscrevo-me agradecido.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto plenário, envio de expediente ao excelentíssimo sr. Ernane Galvêas, DD. ministro da Fazenda, solicitando informações sobre o pagamento da última cota do Fundo de Participação dos Municípios que teve seu valor reduzido a 50 por cento da importância que deveria ser recebida pelas Prefeituras.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Este parlamentar recebeu ofício da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP, solicitando intercessão junto ao ministério da Fazenda, para que seja liberado o restante do Fundo de Participação dos Municípios.

Segundo aquela Associação, foi retido aproximadamente 50 por cento do Fundo, na última cota do mês de julho, recebida pelas Prefeituras.

Em vista à ocorrência desta irregularidade, solicitamos daquele ministério o seu pronunciamento a respeito, pois, não é justo que neste momento de dificuldades financeiras por

que passam os municípios, sejam eles prejudicados por atitudes desta natureza.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja encaminhada solicitação oficial ao excelentíssimo sr. secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, à liberação de verba para a manutenção da Creche "Criança Feliz", no Município de Terra Boa.

Dentre os inúmeros problemas sociais brasileiros, o desamparo aos menores carentes, é sem dúvida alguma o de conseqüências futuras mais sérias, tendo em vista que, sem assistência, estão sujeitos à delinquência.

Em Terra Boa, tal problema pode inclusive ser agravado, sendo que a APMI daquela cidade, mantém um convênio com a LBA, somente. Porém, esse auxílio há muito, tornou-se insuficiente para atender 17 crianças carentes.

Pelas razões expostas, acreditamos ser de enorme importância o atendimento que ora apresentamos.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja enviado ofício ao Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, cumprimentando-o pelo 129º aniversário de instalação e funcionamento da gloriosa Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Este ofício prende-se ao fato de a Polícia Militar ser uma das responsáveis pela nossa segurança e de nossa família, portanto, nada mais justo que no dia do seu aniversário seja encaminhado os nossos eternos agradecimentos.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, da "Carta de Cascavel", elaborada por empresários paranaenses participantes da Sétima Convenção Estadual do Comércio Lojista do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

No período de 08 a 10 de julho, Cascavel teve a honra de sediar a Sétima Convenção Estadual do Comércio Lojista do Paraná.

Resultou deste evento a elaboração da "Carta de Cascavel" que vem demonstrar a realidade porque passa a classe empresarial paranaense no momento atual, digno, portanto, de ficar gravado nos Anais desta Casa de Leis, este relevante documento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 115/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Liga Platinense de Futebol", com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço está perfeitamente adequada aos preceitos da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1.978, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública.

Por esse motivo, espera-se unânime aprovação a este projeto de elevado alcance social.

PROJETO DE LEI N.º 116/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica assegurado ao professor docente em fundações universitárias estaduais, o direito à permanência com até dois padrões dos quais seja titular na Rede Estadual de Ensino de Primeiro e Segundo Graus.

Art. 2.º — O direito de que trata o artigo primeiro, não caracterizará acúmulo de cargos com as funções de docente em nível superior, desde que o interessado externar opção por cumprimento de carga horária em regime de tempo integral em qualquer das Fundações Universitárias Estaduais a que esteja prestando serviços.

Art. 3.º — A concessão do benefício de que trata a presente lei será concedida com duração nunca inferior a doze (12) meses, mediante simples requerimento da parte interessada ao titular da Secretaria de Estado da Educação e com a devida anuência das respectivas Reitorias.

Art. 4.º — As vantagens de que tratam esta lei, serão conferidas com ônus para o órgão de origem, cabendo às Fundações Universitárias Estaduais o desconto integral em Folha de Pagamento, dos respectivos montantes.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, se estará propiciando ao ensino estadual de primeiro e segundo graus, maiores possibilidades de contar com um corpo docente de nível universitário, com grande proveito para o aprimoramento do ensino estadual.

Desde que o padrão do professor docente na Fundação Universitária esteja ocioso, justo que o mesmo seja aproveitado em favor do ensino de primeiro e segundo graus.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do Expediente.

Encontra-se, nesta Casa de Leis, o Prefeito Municipal da cidade da Lapa, Sr. Wilson Montenegro, que engrandece este Poder Legislativo com sua presença.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. deputados.

Não poderíamos deixar de externar os nossos parabéns e as nossas boas vindas ao PTB, que rompeu o seu conluio com o PDS, dando maiores esperanças aos trabalhadores e à causa democrática de melhores dias, em termos de política nacional. Aguardamos que o PTB, se é que foi sincero em termos do seu rompimento, venha de imediato entre outras bandeiras, a cerrar fileiras pela rejeição do Decreto número 2045, que representa uma afronta, que representa a continuidade da explosão em termos de sacrifícios econômico-financeiros.

Cada vez que ditados por absoluta incompetência do governo federal, as vítimas acabam sendo fatalmente os trabalhadores, cujos salários são, invariavelmente, achatados.

É por esta razão que, desta tribuna, fazemos reacender e externamos a suposição de que a sra. Ivete Vargas leve a sério o seu rompimento e que culmine voltando aos ideais antigos que motivaram, no passado, o surgimento do próprio PTB, Partido Trabalhista Brasileiro.

Além disso, não poderíamos também deixar de fazer menção ao Dia do Estudante, e a nível de Paraná, saudar as agremiações estudantis, principalmente a UPE e a UPES, que simbolizam a participação do jovem, a integração dele no País, cuja maioria populacional é formada, constituída por menores de 25 anos.

Nossa juventude que tem sido marginalizada, que tem sido vitimada pela imposição de modelos educacionais falidos em outros países por uma reforma universitária que deformou a estrutura do ensino superior brasileiro, fez tudo para estiolar, para desintegrar o jovem, a partir até mesmo das instalações físicas, como a própria sistemática de matrículas por disciplinas com o visível objetivo de evitar ou não possibilitar condições para que o jovem universitário brasileiro possa se reunir e debater os problemas nacionais, especificamente aquele que os atinge mais de perto.

Apesar de toda a política de alienação do jovem brasileiro, apesar de toda a maquinação voltada para arrancar deste jovem a sua sede de coerência, de nacionalismo, de idealismo, de apego à sua terra, para nossa satisfação, nos apercebemos de que mesmo ou principalmente esta geração do após 64 nos tem dado demonstrações de que o ideal não morre nunca, de que jamais será truncado, de que apesar dos FMIs, dos entreguismos, dos subornos fáceis, das multinacionais de cabeças infinitas, nossos jovens estudantes sedentos de coerências, justiça e liberdade têm provado que eles são os titulares da única esperança brasileira para a saída do caos a que decretaram nossa gente, esperança pelo ideal, pela coerência, pela vivência, que demonstram em termos de identificar as grandes propostas em questões amiores do nosso Brasil.

É por esta razão que neste dia em que homenageamos o estudante brasileiro, e em especial o nosso paranaense, queremos reafirmar nossa crença num futuro melhor, porque dentro dessa integração haveremos de construir um Brasil melhor com a juventude plenamente participante.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. presidente, srs. deputados.

Ocupo a tribuna nesta data, para registrar, em meu nome pessoal e espero poder fazê-lo, em nome dos companheiros desta Assembléia, numa homenagem à valorosa a classe dos advogados que comemoram hoje o seu dia. Advogado vigilante, constante na defesa dos interesses do cidadão e da sociedade, advogado estudioso das leis, numa eterna prontidão para defender os direitos da pessoa, atingidos.

E, exatamente por essa postura de defesa nos direitos do cidadão, muitas e muitas vezes incompreendidos pela coletividade, porque o advogado, no exercício da sua profissão, é o homem que está entre o litígio que não provocou para defender o interesse daquele que lhe constituiu. O advogado que responde muitas e muitas vezes na comunidade pela demora dos seus próprios processos na tramitação morosa da

Justiça; o advogado que tantas e tantas noites atravessa no estudo profundo para defender o seu cliente; o advogado que tantas e tantas vezes defende gratuitamente por uma nomeação do Juiz os interesses dos menos favorecidos pela sorte.

Nesse dia, queremos render a nossa homenagem a essa valorosa classe profissional que constantemente está de atalaia na defesa dos princípios fundamentais da pessoa humana, classe galhardamente representada pela Ordem dos Advogados do Brasil, entidade que, por certo, orgulha através das sessões e subssões nos Estados e nas principais regiões do Brasil, orgulha a todos os que pertencem a essa valorosa classe; Ordem dos Advogados do Brasil presente constantemente em defesa da liberdade, dos direitos fundamentais da pessoa humana; Ordem dos Advogados do Brasil, presente com valentia e com denodo, onde muitas e muitas vezes outros segmentos da sociedade se calam frente às injustiças, mesmo até os Parlamentos, mas ela, presente constantemente, tem se tornado, no decurso do tempo, a grande defensora dos interesses maiores da sociedade, da liberdade e da democracia.

Não poderíamos deixar passar despercebida esta data e não levamos o nosso reconhecimento à Ordem dos Advogados do Brasil que congrega todos os advogados militantes do nosso querido País, pela sua brilhante atuação na constância e na intransigência da sua luta em defesa dos direitos humanos mais elementares e tantas vezes ferido; Ordem dos Advogados do Brasil, presente constantemente na luta para que a Justiça seja mais rápida e mais acessível ao povo brasileiro; Ordem dos Advogados do Brasil que, constantemente na sua atuação diária, tem lutado para que os princípios jurídicos e democráticos desta Nação sejam restabelecidos em leis mais sérias e mais constantes.

Por isso, nesse dia, em meu nome particular, quero registrar, nesta Casa, a alegria de poder usar esta tribuna para prestar uma homenagem sincera a todos aqueles militantes dos cursos de Direito, nas suas mais variadas especializações, na certeza de que estamos homenageando profissionais sérios e competentes voltados para a defesa dos interesses do cidadão e temos certeza de estarmos prestando principalmente uma homenagem à Ordem dos Advogados do Brasil, que merece o reconhecimento do cidadão brasileiro.

Muito obrigado, sr. presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Com muita honra esta presidência registra a presença do sr. prefeito municipal de Matinhos, Mário Poqui.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. presidente, srs. deputados.

Em primeiro lugar, a minha solidariedade às palavras do deputado Caíto Quintana, muito embora não sendo advogado, engenheiro, sempre soube compreender a importância da data em que foram instalados, neste País, os cursos jurídicos. Tanto isso é verdade que, na minha vivência de vereador na Câmara Municipal de Curitiba, tenho a honra de ter tomado a iniciativa de nominar uma das vias públicas de Curitiba como "Rua IX de Agosto".

Mas, sr. presidente, srs. deputados, ocupo a tribuna para registrar nos Anais, a minha alegria ao tomar conhecimento que o Poder Judiciário decidiu favoravelmente, decidiu procedente a ação que foi impetrada por vários municípios de Curitiba, contra um decreto municipal da administração Jaime Lerner, de número 1547, de 79.

A Justiça considerou este decreto nulo e sem qualquer efeito. E isto vem de encontro a uma nossa posição, intensa posição tomada na Câmara Municipal de Curitiba, no sentido de mostrar — como de fato pudemos demonstrar quando testemunhamos na Justiça, convocado que fomos, porque este decreto, depois de considerar a necessidade de serem tombados imóveis necessários à preservação da memória histórica da nossa capital, ofende flagrantemente não só a Constituição Federal mas também a Legislação Federal e Estadual, que regulam a matéria, deixando ao alvitre de algum tecnocrata da prefeitura a definição dos imóveis que deviam ser e que devam ser preservados, para defender a memória histórica da cidade. Sem obedecer aquele ritual que é estabelecido pela Legislação Superior.

Nós, na Câmara Municipal, e ao prestar testemunho perante a Justiça, mostramos, com riquezas de detalhes, as ofensas que referido decreto estabelecia às Legislações Superiores, inclusive à Constituição Federal.

Mas gostaria, sr. presidente, srs. deputados, de assinalar ainda, que este decreto incorria numa série de erros os mais crassos, por não ter definido, com precisão, os imóveis que pretendia considerar de interesse para a memória histórica de Curitiba. Porque simplesmente designava os imóveis pelos seus endereços, rua tal, número, tanto, e o próprio decreto, se tivéssemos oportunidade de mostrar aos srs. deputados, poderíamos assinalar erros crassos, os mais variados, o que invalidava, inclusive, o próprio decreto.

Mas, acima disto tudo, sr. presidente, srs. deputados, salientamos que o decreto tinha uma finalidade extremamente especulativa e ofendia uma multiplicidade de preceitos urbanísticos, legislados para nossa Capital. Como bem demonstra este "monstrengo" que está sendo construído na Avenida Cândido de Abreu, que ao olharmos, não nos recordamos de nada da arquitetura que antes existia naquele prédio onde existia a Fundação Müller. Um "monstrengo" que hoje é dominado por um telhado que faz com que aquelas poucas restaurações das paredes do prédio, não sejam nem visualizadas, porque o que se vê é aquele telhado e nada mais.

Mas, ofende este decreto municipal, ou possibilita este decreto municipal, especulação imobiliária, como eu tenho provas aqui e que em continuidade do meu pronunciamento, vamos mostrar aos srs., nesta Casa.

Muito obrigado, sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta Presidência registra a presença do Vereador Luiz Scheffer, de São Miguel do Iguaçu, e do presidente da Segunda Zona Eleitoral do PMDB de Curitiba, sr. Luiz Cláudio Romanelli. Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. presidente, srs. deputados.

Ontem o eminente deputado Gilberto Carvalho, denunciou à Casa que algumas Ciretrans do Paraná estariam exportando carteiras de habilitação para o Mato Grosso. E sua excelência cita, conforme denunciam os jornais de hoje, que a Ciretran de Barbosa Ferraz seria uma que estaria exportando carteiras para o Mato Grosso.

Tivemos o cuidado de nos dirigir ao Detran e inclusive, os deputados Fiori Luiz e Nestor Baptista, haviam formulado um pedido de intervenção no Detran para que a CPI da Corrupção apurasse este caso em primeiro lugar, já que a denúncia de todo Parlamentar merece crédito.

Mas, lamentavelmente, sr. presidente, temos que rebater de plano, porque a denúncia é totalmente infundada. E o nobre deputado Gilberto Carvalho, quando fala em

duas mil carteiras de motoristas, deve ter conseguido dados totalmente errados. Porque eu tenho a estatística do Detran, sobre a Ciretran de Barbosa Ferraz. Em abril, quando ainda o Chefe do Detran pertencia ao governo anterior, que não havia sido substituído, foram expedidas apenas 122 carteiras; em maio, quando substituído, apenas oito carteiras foram expedidas. Em junho, este número subiu para 80; e em julho, para 147.

Devo dizer à Casa que queremos realmente que a investigação seja feita, porque vai se constatar apenas o seguinte: que antes de 15 de março, quando o PMDB assumiu o poder, não existia critério algum no Detran para fornecer material às Ciretrans do interior.

Eu tenho aqui as curvas de níveis da entrega de material para serem expedidas as carteiras. Em novembro do ano passado, no mês da eleição, chegou-se a entregar 85 mil carteiras, para serem distribuídas; e em março, quando o PMDB assumiu, só foram entregues aproximadamente 27 mil carteiras. Porque tratou-se de impor alguns critérios em alguma coisa onde não existia. E se tomou como base, o que?

Então, para entregar agora material do Detran, toma-se como base o número de carteiras expedidas no mês anterior, a fim de que os Chefes de Ciretrans não fiquem com esse volume imenso de material. E eu tenho alguns dados aqui, para aviventar bem a memória.

A Ciretran de Paranavaí, que aqui se acusou de estar exportando carteiras para Mato Grosso, expediu no primeiro trimestre quando ainda estava o PDS no poder, 2.623 carteiras. No segundo trimestre, quando o PMDB assumiu, este número caiu para 345. Então, se alguém está exportando carteiras ao Mato Grosso, estes não são as Ciretrans do Paraná. Porque não há nem a possibilidade de um volume tão grande, porque não dispõem de material em mãos.

Agora, posso admitir que carteiras frias — isto sim, é verdade existem, pois pode haver quadrilhas organizadas que estejam vendendo, porque isto tem sido quase que costumeiro, apreender-se quadrilhas que fabricam o papel igual, o psicotécnico igual e vendem estas carteiras. Mas não as Ciretrans. As Ciretrans do Paraná agora só recebem material do Detran, se comprovarem que no mês anterior foi fornecido determinado número.

Por outro lado, o Detran confessa realmente que não tem todo controle estatístico ainda na mão, porque realmente no primeiro trimestre, não havia este controle, mas agora mensalmente eles estão levantando o número de exames de vista e o número de psicotécnicos, porque da soma desses dois exames efetuados no Estado, eles têm condições de entregar o material.

Portanto, refutamos as acusações do nobre deputado Gilberto Carvalho quanto à Ciretran de Barbosa Ferraz. Vou passar às mãos de Vossa Excelência o quadro estatístico que está aqui e apenas 256 carteiras foram expedidas neste segundo semestre.

Muito obrigado, sr. presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Spada, inscrito.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. Presidente, srs. deputados.

Onze de agosto é o Dia Nacional do Advogado e queremos, nesta oportunidade, deixar consignado nos Anais desta Casa e desta sessão, a nossa homenagem a esta classe que sempre, em todos os termos, saiu na frente nas lutas pela conquista democrática e defendendo sempre os direitos do ser humano, nossa homenagem aos advogados do Brasil.

Sr. presidente, srs. deputados, ao completar hoje 318 dias que o jornalista Juvêncio Mazzarollo cumpre pena, condenado com base na Lei de Segurança Nacional, esse deputado que vos fala, juntamente com um representante alto funcionário da Secretaria da Justiça, dr. Adolfo Mariano da Costa, acompanhado do presidente da UPE, União Paranaense dos Estudantes, Luiz Henrique Bona Turra e de mais duas pessoas que se faziam acompanhar, nos dirigimos à Guarnição do Corpo de Bombeiros, para lá fazermos uma visita a essa vítima do sistema, a essa vítima do regime, que cumpre pena injustamente, pois que foi condenado por falar a verdade, por denunciar injustiças que estavam sendo cometidas contra os colonos desapropriados de Itaipu; que condenou, através do seu jornal, as injustiças sociais que estavam sendo praticadas no Município de Foz do Iguaçu e região, enfim, uma pessoa que ousou falar a verdade e que hoje, lamentavelmente, encontra-se preso, condenado com base nessa espúria Lei de Segurança Nacional.

Na última terça-feira, Juvêncio Mazzarollo foi transferido para o Corpo de Bombeiros - Oitavo Distrito, no Bairro do Portão e no intento de fazermos uma visita a esse nosso companheiro, a esse valoroso jornalista, quando lá chegamos, sr. presidente, srs. deputados, fomos barrados pela Guarnição e fomos impedidos de fazer uma visita a Juvêncio Mazzarollo.

Considero isso, sr. presidente, srs. deputados, uma afronta a este deputado e a toda esta Casa Legislativa, um desrespeito à própria Secretaria da Justiça, que lá estava representada através de um funcionário que fazia uma visita de rotina e como era do seu dever estava com a intenção de fiscalizar as instalações na qual está preso o jornalista Juvêncio Mazzarollo.

Tentamos falar com o major Bezerra, que é o comandante do Corpo de Bombeiros, daquela unidade e, friamente fomos comunicados que este comandante estava cumprindo ordens superiores.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o fato por si só, estar Juvêncio Mazzarollo preso, já é uma afronta, uma violência contra todos os cidadãos brasileiros. É uma afronta e uma violência contra todos os jornalistas deste Brasil e, o que é pior, estamos vendo que hoje um cidadão, um Deputado, um funcionário da própria Secretaria quando se dirige para visitá-lo, é abordado à porta dessa guarnição.

Fica aqui o nosso repúdio nos Anais da Casa, contra a Secretaria de Segurança, contra a guarnição do Corpo de Bombeiros e contra todos os responsáveis por esta atitude que considero indigna para um ser humano.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Donato Gulín.

O SR. DONATO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que ocupamos a tribuna nesta data, para dar conhecimento à Casa de uma das muitas demonstrações de solidariedade do povo brasileiro que quando convocado ao trabalho de auxílio à comunidade, responde sim, de imediato.

Um exemplo desta dedicação ao próximo e às causas públicas, é que queremos registrar fatos que aconteceram no final do mês de julho e início de agosto, quando uma parcela das comunidades dos Municípios de Colombo, Pinhão, Bocaiúva do Sul e Adrianópolis que fazem parte da Co-Ribeira se uniram todos em torno do comando dos prefeitos municipais e seus municípios, para em trabalho de mutirão, dar o atendimento necessário às populações que vivem nessas diferentes regiões do Estado do Paraná.

E dizemos isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que sirva de exemplo ao restante do povo do nosso Estado e do nosso País, pois que, ultimamente, temos visto a solidariedade que existe entre todos os que habitam o nosso País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, destes diferentes casos, queremos deixar registrado, nos Anais desta Casa, do caso do Município de Colombo, porque, como diz o ditado latino "verba volam, scripta est" — "as palavras voam, a escrita fica".

É por isso que usamos a palavra, no dia de hoje, para que fique escrito nos Anais desta Casa para a história do Paraná, para que os nossos descendentes venham aqui e, na leitura dos Anais desta Casa, saibam que no dia 11 de agosto de 1983, um Deputado à Assembléia Legislativa, usou esta tribuna, para dizer do trabalho deste povo em prol da comunidade.

Uma parcela da população, com auxílio de empresários da Prefeitura Municipal de Colombo, iniciaram um mutirão na localidade de Bacaetava, no Município de Colombo, bairro progressista, visando restaurar a estrada das Grutas, muito conhecida junto à população de Curitiba, que liga Bacaetava à Colombo, trecho de 11 quilômetros, cujo leito se encontrava danificado, devido ao excesso de chuvas e ao uso contínuo da mesma.

Nós sabemos que esta estrada de Bacaetava ao centro do município é o trajeto utilizado por todos os grandes produtores de cal e calcário, que trabalham nas indústrias nas imediações de Colombo, e que pela frequência de veículos pesados e pela também frequência das chuvas ocasionadas dentro do nosso Estado, lá, danificaram todas essas estradas, não dando condições para que as mesmas fossem utilizadas.

O início dessa empreitada ocorreu no dia 27 de julho próximo passado, quando, na Câmara Municipal, reuniram-se representantes da Prefeitura Municipal e das Empresas Incasolo Ltda., Colombal Ltda. e Tancal Ltda., que, se prontificaram a dar total apoio à Prefeitura Municipal, na realização desta operação em conjunto, que veio a acontecer no dia 31 próximo passado.

Quando do início da operação, além das empresas que participaram da reunião inicial, outras se agregaram ao mutirão e tivemos na operação os seguintes números:

A Prefeitura Municipal contribuiu com o trabalho manual de vinte e três pessoas, dez caminhões, três carregadeiras, uma retro-escavadeira e três patrôlas.

Já, a Incasolo Ltda., colaborou com duas carregadeiras, três caminhões, um morroeiro, cem viagens de material fino e com o trabalho manual de cinco pessoas sob o comando de João Pedro Mocelin.

Por outro lado, a Colombal Ltda., sob a direção de Nilton Mittin, participou do mutirão com dois caminhões "scânia", quinze viagens de material fino e com o trabalho manual de quatro pessoas.

A Tancal Ltda., sob a orientação de Avelino Toniolo, Renato Cavalli e Vitorino Toniolo, entraram com três caminhões, duas carregadeiras, uma trabalhando na pedreira e outra no moinho de calcário onde apanhava o resíduo da moagem do calcário e com mais de cem viagens de material fino.

Por sua vez, a Cal Cem Ltda., participou da operação com duas carregadeiras, quatro caminhões, mil toneladas de material-base de ótima qualidade e com o trabalho manual de seis pessoas.

Já a Flórida participou com dois caminhões e o trabalho de duas pessoas. A principal sob a direção de Pedro Eurides Polli esteve presente com dois caminhões Mercedes Benz e o trabalho de duas pessoas.

A operação, inédita em Colombo e região, teve início às 7:00 horas da manhã, prolongando-se até às 17:00 horas.

Por volta do meio dia, no restaurante de Paulo Gasparin, na Serrinha, estabelecido no início da estrada que estava sendo restaurada, foi servido um almoço para todos os trabalhadores deste mutirão, sob o patrocínio das empresas participantes da operação.

Renato Cavalli, João Mocelin e Avelino Toniolo trabalharam incansavelmente, dirigindo todos os trabalhos. As pedras grossas retiradas das pedreiras eram levadas para o morroeiro da Incasolo onde eram moídas e posteriormente levadas para a estrada, onde as patrôlas espalhavam o material.

Segundo João Pedro Mocelin, em dias de muitas chuvas, que chegaram a ocorrer, registrou-se que quinze carretas encalharam uma atrás da outra, num dos trechos da estrada, de Bacaetava, devido a sua precariedade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "NAQUELES TEMPOS, A REGIÃO ESTAVA INTACTA; as planícies pedregosas da Ática estavam cheias de terra fértil; nas montanhas, havia grandes florestas, das quais restam ainda hoje sinais visíveis. Se, na verdade, há entre as montanhas algumas que já não alimentam senão abelhas, não fez muito tempo que nelas se cortavam árvores capazes de cobrir as maiores construções cujas vigas existem ainda. Havia muitas árvores enormes (...) e o solo (...) recolhia as chuvas anuais de Zeus, sem perder, como hoje, a água que corre da terra desnudada para o mar; e como a terra era espessa e recebia a água em seu seio, retendo-a em reserva na argila permeável, ela deixava através dos sulcos a água vinda das alturas, que ela tinha absorvido, e por toda a parte alimentava fontes abundantes e caudalosos rios."

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Estas palavras foram escritas há mais de dois mil anos, na antiga Grécia, por PLATÃO, tendo se constituído num clássico da proteção à natureza. Outros tantos escritos históricos são de nosso conhecimento e demonstram bem a preocupação dos homens, nas épocas em que foram escritos, com a preservação do meio ambiente, constantemente vilipendiado pelo único animal racional que habita o globo terrestre: o HOMEM.

Não fora, entretanto, a invocação da história grega no texto aludido, certamente que o mesmo poderia ser considerado como uma manifestação sutil, bem contemporânea, tão atual é o problema enfocado pelo mesmo, a nível universal, variando para mais ou menos de acordo com a cultura dos povos e a preocupação dos respectivos governos.

Em uma análise global F. RAMADE, professor da Universidade de Paris, declara que hoje se calcula que um total de 20 milhões de quilômetros quadrados de terras cultiváveis tenham sido destruídas pela erosão, seja hídrica ou eólica, durante um século, em todo o mundo.

Comparando esta cifra com os 30 milhões de quilômetros quadrados constituídos pelas terras potencialmente cultiváveis no presente momento, outra não pode ser a reação que não a de que algo já devia ter sido feito, de significativo, nesse importante setor, sendo que o que foi iniciado já o será com atraso.

Os governos dos diferentes Estados soberanos devem melhor sentir este importante aspecto que pode comprometer as condições de alimentação das populações vindouras, a curto prazo, mostrando-se mais sensíveis através de medidas concretas mais eficazes e constantes.

A história registra dados e informações dos mais preciosos acerca da depredação da natureza por parte do homem, desde os primórdios da civilização, com a continuada extensão dos desertos sobre a superfície dos continentes, determinados pelo desmatamento, o abuso de pastagem nas campina naturais, estepes e outras ervagens espontâneas ou criadas artificialmente pelo homem, combinados ou não com o cultivo dos solos frágeis, cuja estrutura pedológica não permite a utilização agrícola.

Com a quebra da harmonia ecológica prosseguiram a extinção gradativa da fauna, em consequência da destruição da

flora. A fauna, outrora riquíssima, tem sofrido danos irreparáveis com a ação nefasta do homem, sendo cada vez maior o número de espécies extintas ou em processo de extinção.

Um exemplo muito claro das conseqüências da ação devastadora do homem transformando terras férteis e florestas cerradas em verdadeiros desertos pode ser dado pela comparação entre o Vale do Nilo e o da Mesopotâmia. Há mais de seis mil anos as terras cultivadas do Vale do Nilo suportam uma intensa ocupação humana sem apresentar baixa aparente de seu potencial produtivo. A população egípcia atual atinge uma densidade de mil habitantes por quilômetro quadrado, em média, e tira sua subsistência da estreita faixa de terra fértil delimitada pelo vale aluvial deste rio. O Vale do Eufrates e do Tigre, entretanto, não permite produção suficiente sequer para abastecer uma terça parte da antiga população. A despeito de ter sido o lugar onde nasceu a revolução agrícola neolítica, então com terras muito férteis. A diferença está em que a nascente do Nilo está situado numa vasta zona pantanosa da Uganda e nas montanhas etíopes e o Tigre e o Eufrates, ao contrário, têm origem nos planaltos da Armênia, territórios de povoamento antigo, que de longa data suportam populações pastoris e seus consideráveis rebanhos de ovinos e caprinos. E o que é mais importante, e talvez o fator determinante de escassez dessa vasta região banhada pelo Eufrates e pelo Tigre, tenha sido as constantes invasões nômades de que as terras foram vítimas. Houve impérios poderosos e populosos entre os dois rios, os quais têm curso paralelo, como bem o sabem Vossas Excelências, os canais e valas de irrigação mantiveram-se em bom estado e a região foi verdejante e fértil. A derrocada final situa-se no início do último milênio, quando as invasões dos povos asiáticos, culminando com as hordas de Gengis Khan, aniquilaram a civilização árabe mesopotâmica e destruíram toda a rede de irrigação. A deportação dos habitantes pelos invasores mongóis consumou a catástrofe, abrindo a porta ao deserto."

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência me permite um aparte?

Deputado Mário Pereira, Vossa Excelência aborda da tribuna, hoje, um dos assuntos mais importantes a serem tratados neste grande Brasil.

Nós, um país, com uma tendência agrícola que retira da terra a grande parte das suas riquezas, indiscutivelmente, está tratando muito mal esta terra. E uma série de razões abordadas por Vossa Excelência mostram, na verdade, o descaso que se faz com a terra brasileira. Mas, muitas coisas influenciam, inclusive as propagandas mal dirigidas.

Eu, muitas vezes tenho comentado com os Sindicatos, Deputado Mário Pereira, em que campanhas de televisão quando falam em erosão, mostram uma verdadeira cratera como se isso fosse erosão. Então, ao trabalhador rural, ao homem do interior, nas regiões aonde a erosão não é tão sentida, cria a imagem de que erosão seja, exclusivamente, as verdadeiras crateras que se abrem no meio da sua roça. Quando na verdade, o simples descuido da lavoura que as águas da chuva levam à terra fértil, já é uma erosão e daquelas que prejudica a fertilidade. Nós não estamos agindo com seriedade no que diz respeito a terra no Brasil.

Nós estamos colonizando novas regiões sem o mínimo cuidado para adicionar aquilo que falta na terra, quanto menos para que ela não seja destruída. Eu lhe citaria um dado do município recente no Estado do Mato Grosso, colonizado por gente da minha região, do Rio Grande do Sul, o Município de Canarana, que com dez anos de aproximadamente de uso do solo, hoje os agricultores estão vendendo a qualquer preço as áreas de terras que lá adquiriram porque nada mais produz.

Não se tem uma política agressiva de meio ambiente e muito menos de conservação da terra. Se nós levarmos bricando da forma que estamos, o Brasil ficará com muita terra, evidentemente, porque não vai encolher o território pátrio. Mas ficará com muita terra sem condições de cultivo.

Por isto, Deputado Mário Pereira, esta Assembléia deveria participar mais desse seu pronunciamento me parece, contribuir com esse seu pronunciamento. A imprensa presente nesta Casa deveria mostrar a preocupação dos parlamentares com o problema da terra, e mais do que isso, seu pronunciamento Deputado Mário Pereira, deveria chegar aos órgãos competentes como um alerta mais para que nós pudéssemos, com um trabalho mais sério, mais dedicado à conservação daquilo que é a maior riqueza de qualquer país, preservarmos a fertilidade da terra brasileira.

Nós do Oeste e do Sudoeste do Paraná, vimos tantas e tantas vezes falar que naquela região está localizada as melhores terras do mundo, fruto inclusive de disputas com outros países, nós estamos sentindo hoje naquela região, há tão pouco tempo colonizada o problema da erosão e da infertilidade da terra.

Por isso, Deputado Mário Pereira, os meus parabéns e eu espero que o seu pronunciamento seja mais uma voz que chegue aos órgãos competentes para que nós venhamos a deixar de brincar com a terra, e possamos fazer uma política mais agressiva em defesa da fertilidade do solo brasileiro.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Peço um aparte, nobre Deputado!

O SR. MÁRIO PEREIRA — Em seguida, Deputado Adhail, eu quero agradecer o aparte do nobre Deputado Caíto Quintana, que em seu aparte disse algo muito sério, que nós estamos "brincando". A seriedade da sua colocação é a brincadeira que com toda a seriedade se conduz o problema do combate à erosão e da conservação do solo no Paraná e em todo o Brasil.

Deputado Caíto Quintana, eu tenho uma proposta a fazer no final desse meu pronunciamento, mas digo que é muito sério e muito oportuno dizer que é brincadeira a forma que se está conduzindo, porque é impossível realmente conduzir uma política de combate à erosão e conservação do solo, com tantos órgãos distintos tentando resolver descoordenadamente, em total descoordenação, o problema com o recursos disseminados em cada um desses órgãos, não há realmente possibilidade de nós, efetivamente, combatermos a erosão e conservarmos o solo do Paraná.

Oportunamente, cederei um aparte ao Deputado Adhail.

(Continua lendo): "Se a situação universal é crítica, no Brasil ela atinge proporções quase inacreditáveis, só admissíveis ao espírito mais acomodado e inconsciente dos que nada vislumbram além da satisfação material e egoísta e imediatista.

Esse desastre ecológico é, lamentavelmente, quase incontido pelo espírito sossegado da maioria dos brasileiros e da sua própria desinformação acerca dos fatos que realmente ocorrem no longínquo espaço que medeia de norte a sul, de leste a oeste. Não se encontra, quase, literatura sobre o assunto, sendo notória situação de menor importância a que é condenado o assunto, não só por parte da população, mas dos homens públicos que, não raras vezes, acobertam tais atos criminosos com o intuito de proteger grandes grupos econômicos que, com o fito de garantir o progresso de determinada região devasta-a, a destrói, provocando um sem número de reações da própria natureza, penalizando as atitudes desinteligentes ou de nenhuma coerência ambiental.

Os dados, apesar de minguados, estão aí para provar que só no Brasil temos aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados de deserto, o que importa dizer que temos em nosso território, 2,17% dos 46 milhões de quilômetros quadrados de desertos em todo o mundo.

O que é mais alarmante, ainda, segundo editorial da Revista da APREFFA (Associação de Proteção à Flora e Fauna), assinada pelo seu Presidente, Horácio Cabral, é a devastação indiscriminada de nossa flora, a qual conseguiu disseminar os desertos brasileiros para além das regiões áridas e semi-áridas do Nordeste.

Essa informação pode ser confirmada pelos dados oficiais dos Estados membros, como o Rio Grande do Sul, por exemplo, que conta hoje com apenas 0,44% de sua área com florestas, e é candidato em potencial a se transformar em mais um deserto

fabricado pelo fantasma da erosão, que se alastra rapidamente nas regiões de pastagens e sem cobertura vegetal.

Da mesma maneira o Estado de São Paulo, ainda que com um índice um pouco maior de área florestada, atingindo uma cifra de 7%, possui, entretanto, um dado deveras desesperador ao ecologista: em apenas um século desmatou 74,9% de sua área cujas florestas levaram séculos para ser formadas.

Não é diferente o ritmo nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, e outros que estão com menos de 8% de áreas florestada.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Se os dados universais são desoladores, os brasileiros não têm qualificativos que expressem a agressão e a violência cometidos contra nosso território, com dados absurdos. E o que para nós particularmente é motivo de maior entristecimento, o Paraná não é exceção a essa regra devastadora. Ao contrário, o nosso Estado assistiu pateticamente, com a complacência das nossas autoridades constituídas e até com o seu estímulo, nas décadas imediatamente antecedentes, a uma das maiores devastações de que a história registra. Só na década de 70, mais de um milhão de hectares de floresta foi devastada, perdendo apenas a nível global, para o devastamento ocorrido na Ilha de Madagascar, em meados do século XIX, a qual com uma superfície superior à da França, era recoberta em três quartas partes por florestas impenetráveis, e hoje dois terços do seu território são desérticos e apenas 30% podem ser considerados arborizados, ainda, sem se levar em conta o estado real da cobertura vegetal.

Mais alarmante, porém, que os atos criminosos cometidos contra o meio ambiente, fruto da ganância, de uns, a convivência de outros e a passiva inércia de muitos, é o modo como continuamente o crime vem sendo cometido sem um posicionamento mais rígido por parte do Estado, pois os dados registram que ainda há um destamamento médio de 371 mil hectares/ano contra um reflorestamento de 60 mil hectares/ano.

Nós paranaenses, lamentavelmente, não estamos à beira de um colapso ecológico, pois se esta fosse a nossa posição, poderíamos, ainda, quicá, tentar evitá-lo, com providências emergenciais. Mas, não, nós já estamos sofrendo as conseqüências penosas de um desastre indiscutível em nosso meio ambiente.

Sr. Presidente, senhores Deputados.

Só para termos idéia de quanto nós temos ainda que crescer culturalmente, e no nosso caso tal processo de aculturação só é possível, a curto e médio prazo através de medidas governamentais decisivas, rápidas e eficazes, podemos citar, em comparação aos percentuais médios dos Estados brasileiros de área florestada, afora Amazônia e o Pantanal matogrossense, chega apenas a 7% do território, ao passo em que a maioria dos países europeus, onde a extensão territorial, em regra, não chega a equivalente a de um Estado-membro brasileiro, tem um percentual médio de área florestada 400 ou 500% a mais do que nós. E há europeu, ainda hoje, ignorante, certamente, que pensa que nós ainda somos tipos mais ou menos parecidos com aqueles que Pedro Álvares Cabral encontrou aqui no início do século XVI.

Só para termos idéia da consciência ecológica, fruto certamente da cultura e educação dos povos europeus, citamos Portugal que possui, hoje, mais de 28% do seu território totalmente florestados; a Alemanha, com mais de 30%, a França com mais de 25%; entre tantos outros que poderiam ser mencionados.

Não são suficientes, para nós brasileiros, as florestas hoje existentes, ainda mais com a continuada devastação que vem ocorrendo na região amazônica, cuja característica de solo, uma vez desmatada, tornar-se-á, inevitavelmente, em mais um deserto, tornando-se, talvez, de "pulmão da terra" em "câncer da desinteligência" dada a sua irreversibilidade.

Curiosa notícia foi veiculada, recentemente, no jornal "Gazeta do Povo", desta Capital. Assim estava redigida a nota...

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência informa que está encerrado o horário destinado ao seu pronunciamento

e consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário ou se cede alguns minutos para a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI — O nobre Deputado pode continuar pelo tempo que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra o nobre Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Obrigado. Mas, continuando: (Lê)

"Termina uma discussão ecológica. Envolvida num guarda-pó branco úmido do professor Roberto Argamo, zoólogo da Universidade de Roma, e dentro de uma caixa de plástico branco, chegou ontem ao aeroporto de Viracopos, em Campinas, a tartaruga de água atlântica que foi encontrada fora de seu habitat natural, à beira do mar Adriático, num aquário particular de um restaurante, na cidade de Pescara, Itália.

Tal esboça, de uma maneira clara, a preocupação com a preservação da fauna, pois dita tartaruga, uma espécie em extinção, foi enviada para ser devolvida ao Oceano Atlântico. Se a situação fosse inversa e aqui fosse encontrada uma espécie de um outro canto do mundo, será que a mesma atitude poderia ser esperada?

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Oxalá os nossos problemas fossem apenas com aspectos sutis como a preservação de uma espécie animal em fase de extinção e necessitasse o esboço do mais elevado espírito ecológico. Mas ao contrário, os nossos problemas são mais rústicos, dizem respeito ao desmatamento indiscriminado que coloca em risco toda a terra roxa do nosso Estado, fator determinante da estruturação da nossa economia. Trata-se da proteção da economia do nosso Estado, do orçamento público, da localização e manutenção do homem no meio rural, trata-se de preservação das nossas rodovias, meios quase exclusivos de transportes dos bens que produzimos, consumimos e comercializamos. Trata-se de proteger os mananciais de água que abastecem as cidades hoje seriamente comprometidas quanto à sua qualidade e para futuro breve com a sua quantidade. Trata-se de preservar, em última análise, aquilo que é dever fundamental de cada governante em qualquer torrão do globo: preservar a saúde e o bem-estar social das suas populações.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Prezado Deputado Mário Pereira, eu estou ouvindo o seu pronunciamento e quero expressar aqui a minha alegria pela posição que Vossa Excelência está agora a explicitar. Posição que Vossa Excelência, eu tenho certeza, já tinha e tem há muito tempo. O vosso pronunciamento é inteiramente de acordo com aquele que nós tivemos oportunidade de fazer ontem. O problema das enchentes está intimamente relacionado com o bom uso dos recursos naturais. E entre estes, é bom que se diga, o bom uso do solo, das águas e da cobertura do solo. Pastagens e florestas.

Quero congratular-me com Vossa Excelência porque Vossa Excelência vem nos dar um retempero ao nosso ânimo porque nós já fizemos aqui várias proposições nesta Casa, visando solicitar não só do Governo estadual, mas também do Governo Federal, providências de natureza até bastante agressiva, para que a violência que se comete contra os recursos naturais, seja coibida; e nada até agora esta Casa recebeu de resposta às nossas proposições.

E quem sabe, seja o caso, nobre Deputado, que esta Casa, em uníssono, tome medidas, para exigir dos executivos, nós três níveis, as medidas necessárias para que nós possamos evitar esses males todos. Eu estou aqui a falar, nobre Deputado, e estou me lembrando do que já fizeram com o Nordeste brasileiro. Eu estou aqui a pensar do que já se fez contra o Noroeste paranaense; e eu estou aqui a pensar o que se está fazendo com municípios da Região Metropolitana de Curitiba, e o que estão fazendo também com o próprio Município de Curitiba. Porque estão anulando todo e qualquer potencialidade dos recursos naturais.

No que tange ao solo, por exemplo, estão até impedindo o próprio solo de ser a base física para a moradia do brasileiro. Estão

impedindo que o brasileiro possa morar por descabros, que são feitos, atentatórios, ao bom equilíbrio geológico e ecológico, do território nacional.

Meus parabéns a Vossa Excelência. E Vossa Excelência com seu pronunciamento vem aditar com muito mais brilhantismo, àquilo que ontem nós dissemos a esta Casa. E vem trazer a mim, um pouco mais de "animus", para continuar esta luta, que para mim, pouco vai corrigir as obras de contenção na Serra do Mar, para manter a rodovia no seu lugar, porque daqui um, dois ou três anos, novas chuvas vão carregar a rodovia, como já carregaram parte da ferrovia e assim sucessivamente.

Meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço, Deputado Adhail. E tinha certeza absoluta que ao fazer este pronunciamento, receberia um aparte do Deputado Adhail. E um aparte do Deputado Adhail, porque tem ele, desde o início do seu mandato aqui na Assembléia, se preocupado com os problemas de erosão, e principalmente, com os problemas da Serra do Mar, do Parque Marumbi, com o Vale da Ribeira, com o assoreamento do Porto de Paranaguá.

O Sr. Aníbal Khury — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Mário Pereira, Vossa Excelência aborda um assunto de interesse nacional; da própria Segurança Nacional. E eu me recordo, quando ainda garoto, falava-se lá na minha terra, que um macaco poderia pular, de galho, de pinheiro em pinheiro, até a Fronteira com a Argentina. Hoje, já não existe mais os pinheirais, os famosos pinheirais daquela região.

Lembro-me também do professor Reinald Mack, quando previa, há mais de 40 anos, que o Noroeste do Paraná, seria transformado num deserto, se não se tomasse providências contra o desmatamento; uma região constituída de arenito caiua, facilmente seria transformado num deserto.

O alerta de Vossa Excelência é muito importante. E o seu estudo profundo sobre o problema, nos dá uma lição de como conservar o meio ambiente, a fauna e a flora.

Quero congratular-me com Vossa Excelência pelo brilhante discurso que está pronunciando nesta Casa.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço ao Deputado Aníbal

Khury e eu, lá do Oeste, região que era coberta de pinheiros, posso testemunhar realmente que hoje pinheiro lá no Oeste, é peça rara a ser preservada em praça de cidades, e em propriedades, como até monumentos a uma época que passou.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuando...

(Lê): "Trata-se da preservação dos direitos fundamentais do homem, com o fito de propiciar-lhe aquilo que toda a humanidade procura: a sua própria felicidade.

Esse desmatamento desenfreado em diversas regiões do Estado tem ocasionado problemas das mais diferentes ordens, sendo de se ressaltar o desaparecimento de um sem número de pequenos rios, córregos e nascentes, e a erosão que vem assolando as regiões produtivas do Paraná, chegando ao ponto de serem as vossorocas nominadas, para sua clara identificação, já que são inúmeras em algumas regiões, como é o caso de Vossoroca Colonio, em Paranavaí.

Outro reflexo danoso, onde os prejuízos não se limitaram ao patrimônio privado e público, se deram com as inundações ocorridas em todo o Sul brasileiro, com agravantes no vizinho Estado de Santa Catarina, onde o número de vítimas fatais foi grande.

Com relação a essa enchente, de certa maneira inédita na nossa história, o professor WINFRIED BLUM, da Universidade de Ciências Agrárias de Viena, quando da sua participação do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Solo, no auditório da Reitoria da Universidade assim se pronunciou, categoricamente:

"Se os Estados do Sul ainda dispusessem de cobertura florestal permanente, de qualquer tipo, a catástrofe que prejudicou dezenas de municípios e desabrigou milhares de vítimas, não teria sido

devastadora."

Sr. Presidente, freqüentemente temos notícia das manifestações de inconformidade dos ecologistas, geólogos, agrônomos, engenheiros florestais, políticos e tantos outros, com relação ao que ainda continua a ser feito no Paraná em termos de agressões ao meio ambiente, notadamente com relação ao desmatamento e a perda da fertilidade da terra, decorrente de um contínuo trabalho de erosão com a retirada pelas águas da chuva, das terras férteis que estão a assorear os rios, as represas, e outros, como o porto de Paranaguá.

As denúncias acerca do desmatamento da Serra do Mar têm sido inúmeras, sendo o porta voz mais persistente o pesquisador da Universidade Federal do Paraná, geólogo João José Bigarella, também presidente da ADEA - Associação de Defesa Ambiental, o qual recentemente afirmou, que pelo menos vinte e cinco por cento de mais de 76.000 hectares que corresponde à parte paranaense da Serra do Mar já se encontram desmatados.

As conseqüências desses desmatamento são os mais drásticos para a economia do Estado: primeiro porque com os continuados deslizamentos na BR-277, além de interromper ou prejudicar seriamente o tráfego para o porto de Paranaguá, acarreta gastos para os quais os cofres públicos não estão preparados; em segundo, entre outros aspectos, o fato de a erosão carregar um volume de terra considerável pelos rios que desembocam no Porto de Paranaguá, provocando assim o assoreamento do mesmo, o que, através dos anos, provocará uma incapacidade para a operação do mesmo, com o mesmo porte que hoje opera. Isso significa que o único corredor de exportação do Paraná poderá ser seriamente prejudicado, restringindo, violentando a nossa economia e transformando, quem sabe, o porto de Paranaguá em mais um porto fantasma como o de Antonina.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Não entramos em maiores detalhes acerca dos efeitos nefastos da erosão em nosso Estado porque os senhores bem os conhecem, porque sensíveis aos problemas do Estado e mais particularmente das regiões que representam, as quais, certamente, não estão, igualmente, livres desse mal abominável.

A verdade é que, não tendo mais o Paraná a sua cobertura florestal, um trabalho a curto e médio prazo pode e deve ser iniciado imediatamente.

Senhor Presidente, nobres colegas Deputados, quero conclamar a todos, independentemente de cores partidárias, para a integração na tentativa de solucionar este problema que ataca a todos quantos habitam este Estado.

Mais alto do que os motivos que nos levam a aglomerarmos em partidos políticos, são aqueles que nos induzem à defesa dos interesses mais elevados do nosso Estado e da sua população. Daí porque, como argumento persuasivo, a essa integração, podemos citar o dado recente que indica um declínio de produtividade em todas as culturas agrícolas do nosso Estado, pela perda da fertilidade, menos o soja, que conseguiu se manter até 1977, mas que igualmente vem sofrendo um declínio na sua produtividade.

Traduzindo esta informação em dados mais concretos, podemos tomar por exemplo o café, o qual decresceu a sua produtividade na ordem de uma saca por hectare/ano, o que vale dizer que o prejuízo acumulado é de monta bastante significativa.

E isso é mais grave ainda, porque o Paraná, tendo já praticamente alcançado as suas fronteiras agrícolas, teria como possibilidade única de aumento da sua produção, um incremento na produtividade. E os dados demonstram, que a continuar este quadro, o Paraná terá, daqui para a frente, ano após ano, um decréscimo cada vez maior na sua produção de alimentos.

É evidente portanto, senhores Deputados, que não podemos ficar passivamente aguardando soluções, fixando-nos somente no plano da retórica. Existe centenas de diferentes projetos técnicos para reverter essa situação. Reflorestamentos, matas ciliares, combate à erosão através de micro-bacias, manejo integrado de solos, criação de novos parques e preservação de outras reservas, enfim, tecnicamente se conhecem as soluções. Recursos existem

disseminados nos mais diferentes órgãos, federais, estaduais e mesmo municipais. O que falta, na realidade, se temos os recursos, sejam humanos, técnicos e financeiros e ainda os órgãos específicos para tratar dos problemas, por mais simples que possa parecer, o que falta é uma coordenação. Exatamente: COORDENAÇÃO.

Vejam senhores Deputados, se nos atermos apenas à estrutura do nosso governo paranaense, vamos verificar que os órgãos envolvidos de uma ou de outra forma com os problemas causados pela erosão são os seguintes: SUCEPAR, com a atribuição específica de combater a erosão nas áreas urbanas; SUREHMA, com a atribuição de preservação do equilíbrio ecológico, prevenindo todas as manifestações de comprometimento do meio ambiente; o Instituto de Terras e Cartografia, em contato direto com os problemas de terras; a SANEPAR, com os problemas de assoreamento nas suas bacias de captação, com a poluição das águas por defensivos agrícolas carregados para os mananciais com as águas da chuva, e com a escassez cada vez da quantidade do líquido precioso nos diversos rios onde tem suas captações; a COPEL, com o assoreamento de reservatório de suas usinas hidroelétricas; a ACARPA, no trabalho e conscientização aos agricultores no uso adequado do solo; o DER, com a conservação das estradas, pontes e bueiros, juntamente com as PMs; e o Banco do Estado do Paraná, com especiais linhas de crédito a serem criadas aos agricultores, para o combate à erosão."

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Eu queria apenas acrescentar na referência que Vossa Excelência fez ao DER, que a interferência do DER nesta questão, está também na elaboração de projetos técnicos de rodovias, sem levar em conta uma análise relativa ao equilíbrio geológico. Procuram fazer estradas para desenvolver elevadíssimas velocidades para os veículos. Sem levar em conta que aquele volume elevado de terraplenagem que o projeto assim acarreta vai gerar o desequilíbrio geológico, trazendo consequências para o desequilíbrio ecológico.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Eu agradeço este novo aparte Deputado Adhail Sprenger Passos, mas, veja Sr. Deputado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só em analisar estas empresas, analisando o rol... (Lê) ... "analisando o rol das empresas envolvidas, verificamos que elas estão vinculadas às mais diversas Secretarias de Estado. Isso, por si só, já fez ver porque tantos recursos gastos têm propiciado resultados tão inexpressivos, ao longo desses anos de combate à erosão."

Concedo o aparte ao Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Solicitei o aparte nobre Deputado, para parabenizar Vossa Excelência pelo assunto que aborda da tribuna neste instante. É como o aparte de outros colegas Deputados, que deixaram claro de que é um assunto gravíssimo e que cabe aos homens que têm responsabilidade pública, fazer alguma coisa e a nós do Poder Legislativo é que exercemos a nossa função através da nossa idéia e nossa palavra, fiscalizando e cobrando serviços de órgãos que têm competência de realizá-los.

Então Vossa Excelência faz muito bem e brilhantemente nesta tarde, num estudo minucioso, mostrando com clareza e nitidez, o sério problema que assola o nosso Estado, com as erosões e o mau trato à nossa terra e a fauna enfim, com as nossas riquezas naturais.

Quero parabenizar-lo também, porque Vossa Excelência não traz apenas uma crítica, mas, faz sugestões.

Dá uma sugestão que me parece viável, esta de que o Governador do nosso Estado, que tem o poder de gerar ou de distribuir recursos, possa influenciar com uma reunião com os Secretários de Estado, à todas as Pastas que têm atinência a esse problema, e para poder nesse esforço comum, destinar verbas, porque não solucionamos nada se não houver verbas. Tem que destinar verbas e enfim, em conjunto com os Secretários poder traçar um plano para enfrentar o sério problema que o nosso Paraná sente e que se agrava a cada dia.

Por isso parabenizo Vossa Excelência por esse pronunciamento, pelo assunto sério, e que cabe a nós todos, independente de bancada, procurarmos através de nossa palavra, de nossas idéias, procurarmos um caminho para amenizar este sério problema.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço o aparte do nobre Deputado Augusto Carneiro, e quero dizer Deputado, repetindo o que já disse, projetos técnicos viáveis para que se possa combater a erosão, de trabalhar no sentido de conservação do solo, pesquisando, chego à conclusão de que realmente falta só um projeto, um projeto de execução. Então eu proponho que se crie um programa especial, e que o Governador presida este programa, porque se assim não for de nada adiantaria nós querermos fazer propaganda em televisão, porque não cabe somente ao agricultor a responsabilidade de preservar o solo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — (Lê): "Qual seria então, senhores Deputados, a Secretaria de Estado que deveria comandar um programa do porte que necessitam os problemas do Paraná, tão bem esboçado no PLANO DE AÇÃO do Governador José Richa?"

A resposta não é fácil. Sabedores quem são os senhores da estrutura do Estado, deparemos-nos com o aspecto hierárquico, entre as Secretarias de Estado e a decorrente insubordinação entre elas.

Como o escopo é dotar de uma coordenação superior, eficaz e aglutinadora dos diversos potenciais dos aludidos órgãos, para obtenção de um resultado satisfatório, não a nível de contentamento de um cada dos órgãos, como ocorre hoje, fruto de adaptação de um modelo federal condenável, mas, para resolver, realmente, a nível de Estado, com decisivo, contínuo e eficaz ataque às causas e efeitos decorrentes da erosão, propomos, senhores Deputados, a criação de um PROGRAMA ESPECIAL DE COMBATE À EROSIÃO, que deverá ser coordenado e presidido pelo Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, única pessoa que hierarquicamente tem ascendência sobre os Secretários de Estado.

Aí sim, senhores deputados, sob a presidência do Governador, poderá este programa coordenar todos os recursos disponíveis e hoje dispersos. E mais, conveniar, com cada uma das prefeituras do Estado do Paraná, conhecedoras mais profundamente dos problemas das suas sedes municipais, integrando os esforços do Estado e coletividade na busca da realização do bem comum, através da preservação da nossa maior riqueza: o SOLO.

Não é possível uma solução dos problemas de erosão através somente da responsabilização do proprietário rural, fazendo-o arcar com todos os ônus, mesmo porque essa função cabe ao Estado na preservação de um interesse maior.

Assim, deve o Estado, através desse Programa Especial e com recursos diversos, lançar-se para a solução de um problema ainda que esteja localizado na propriedade privada, que deixa de produzir satisfatoriamente. Fará assim com que os valores destinados sirvam como um investimento que efetivamente poderá dar bons resultados, ao contrário do que ocorre hoje, onde altas somas são gastas na recuperação de estradas, pontes e bueiros, quando da ocorrência de qualquer chuva no Estado. Os rios se transformam em verdadeiros oceanos, os pequenos córregos bem como as estradas, em verdadeiros rios de águas pluviais.

A cada uma dessas chuvas, são inúmeros os problemas sentidos, principalmente pelas Prefeituras Municipais, as quais sem a devida dotação orçamentária recorre ao Estado que é, em última análise, quem arca com os gastos.

Portanto, investir na propriedade privada, sob esta ótica, pode ser considerado manutenção preventiva de estradas.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Essa é a nossa proposta. Só o Governador pode coordenar esta política contra a desertificação do Paraná.

Essa é a responsabilidade maior de cada um de nós que vive hoje no Paraná, porque se não, poderemos num futuro próximo, nós ou nossos filhos, rir de nossa ignorância em não lutar hoje prioritariamente por uma política agrícola definida, e uma política agrária justa, esquecendo-nos que estas políticas de nada servem se aplicadas ao deserto." — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência consulta à liderança do PDS, se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o deputado Gilberto Carvalho, por 5 minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. presidente, srs. deputados.

Quero agradecer à liderança do meu partido que me concedeu esses cinco minutos, mas devo utilizar, sr. presidente, apenas dois minutos, para registrar o pronunciamento que fiz ontem, com referência a expedição de carteira de habilitação no município de Barbosa Ferraz.

O nobre líder, deputado Nilso Sguarezi, trouxe hoje alguns dados do Detran aqui de Curitiba, levantamentos que comprovam que o número de carteiras expedidas em Barbosa Ferraz, não é tão elevado. É preciso, sr. presidente, que se faça um levantamento "in loco".

Eu, quando fiz o pronunciamento, ontem, denunciei a Ciretran de Barbosa Ferraz, não disse e não posso afirmar, se o Detran de Curitiba tem conhecimento de como estão sendo expedidas estas carteiras. Só posso afirmar que estas carteiras foram expedidas em Barbosa Ferraz com o "discoteco" completo de cinco mil cruzeiros e disse que uma determinada pessoa, não a Ciretran, uma determinada pessoa, no município de Paranavaí, encaminhou com ordem de pagamento, ao chefe da Ciretran de Barbosa Ferraz, para cobrir carteiras remetidas para aquela localidade, com destino não só para Paranavaí, mas também para Mato Grosso.

É preciso que se investigue. Estou já com doze, já vou para treze anos de mandato nesta Casa, jamais usei esta tribuna para me promover ou prejudicar quem quer que seja, valendo-me de estar a dar notícias infundadas. Eu trouxe ontem este pronunciamento, denúncia que recebi de pessoas autorizadas e perguntei ainda se tinha os comprovantes, para que eu fizesse a denúncia. Por isto, fica registrado e eu me proponho a procurar o líder para trazer estes dados que tenho. Vou receber agora o nobre líder Nilso Sguarezi, que me disse que tem os dados do Detran daqui de Curitiba, e fornece o número de carteiras de graça. Mas, é preciso que se investigue pelo chefe da Ciretran daquela localidade.

Era só este registro que eu queria fazer, sr. presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à liderança do PDS se fará uso do restante do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — "Desejo abordar hoje um tema que se encontra no nosso dia-a-dia. Um tema que exige reflexão; tema que nos angustia e ameaça a sociedade inteira. Refiro-me a violência urbana, que se manifesta nas mais variadas formas de perversidade. Daí a atração que esse tema exerce hoje em dia sobre quase todos aqueles que se atormentam com a injustiça no mundo e sonham dar fim a desordem da sociedade.

A violência, sintoma de uma sociedade doente, é evidência da realidade contemporânea, notadamente nos grandes centros, nas imensas concentrações urbanas, onde a massificação da sociedade de consumo neutraliza a dignidade humana, nulifica e avilta o homem.

Ela está em toda a parte, nos conflitos sociais, no trabalho, nos lares, na luta de classes, nas ruas e nos descaminhos do crime. Ela afeta a ordem econômica e social, pelo contínuo aumento da distância entre a economia da miséria e a economia da abundância.

A síndrome da violência, que tomou conta das grandes cidades, pode ser explicada por fatores sociais e econômicos, pelas origens da infância abandonada, pela migração desordenada, pela tensão social gerada pelo desemprego, pela carência de

afetividade, pelo endurecimento dos corações, ou pela má política. Como diria Paul Ricoeur "é no exercício normal da política que a conjunção primitiva da violência opera".

É verdade que a violência ocupa um largo espaço intercontinental, em certas áreas mais agressiva e mortal, exarcebada pelas guerras, pelo fanatismo religioso, pelas disputas de territórios, pela discriminação racial e outras causas diversas.

É impossível ignorá-la na sua dimensão mundial.

Mas, o que nos preocupa de perto e afeta mais diretamente as nossas relações sociais, nossa expressão de segurança, a integridade de nossos lares, a sobrevivência pessoal e familiar, a tranquilidade do povo, a paz coletiva, é a violência que assistimos, estarecidos, numa escalada nunca vista, a multiplicar-se no noticiário policial, nas estatísticas, nas ocorrências diárias, nesta desprotegida cidade de Curitiba, e outras cidades de grande e médio porte do Estado.

"Para dizer a verdade, dela nunca se fica inteiramente curado. Mas, encará-la, discuti-la, combatê-la, sempre será um bom começo", já dizia JEAN MARIE DOMENACH, teólogo francês ao analisar as causas da violência no mundo.

Porém, o que vemos? A onda crescente de assaltos, de homicídios, roubos e furtos, violência sem trégua, a que a polícia assiste impassível sem meios de reagir e coibir. O problema da violência está ligado à questão fundamental das comunicações entre o poder público e o povo.

Se os dirigentes têm consciência, e consciência exata, da evolução social, a violência será mantida; se perdem essa consciência, a violência transbordará. Mas, ela não será contida, senão pelo uso dos processos do Estado, conforme denunciava MICHEL VERRET.

Não obstante, reconhecemos que a criminalidade sempre existiu, podemos constatar pelos noticiários e pelas denúncias dos próprios parlamentares do governo, que neste início de ano, ela agravou-se de forma acentuada, talvez por motivos consequenciais, mas também pela falta da prevenção e da repressão, por parte do efetivo da Segurança Pública.

Entendemos que, para que a segurança seja eficaz e segura todos os seus integrantes devem estar devidamente preparados, desde os chefes maiores até o humilde agente. Mas, o que vemos e sentimos é um relativo desinteresse, descaso e omissão na segurança de nossas famílias.

Antes, apregoava, um ex-deputado do PMDB, que o menor delinqüente era de total responsabilidade do então governo do PDS, e que, se eles estavam abandonados a culpa era do "homem da situação". Instalou-se uma CPI para tentar a solução do problema, não tendo a mesma resolvido nada. E, agora, senhores deputados?

A delinqüência aumentou. O menor continua roubando e matando, em maior escala, entregue aos vícios e a promiscuidade. Pergunta-se: de quem é a culpa? A culpa é a contingência atual. A quem cabe a solução?

No meu entendimento, cabe ao Estado a defesa e provimento dos bens inalienáveis da sociedade, conforme consta no Capítulo da Segurança Pública, no Artigo 54, da Constituição Estadual.

As medidas de proteção do cidadão estão inseridas no texto constitucional como conquista imperecível do povo.

Urge, pois, alertar o governo estadual para esses deveres elementares da Segurança Pública. As prisões estão superlotadas, e não reeducam, nem recuperam, em face de uma política penitenciária caolha.

As fugas permanentes denunciam a fragilidade dessas

instituições e agravam ainda mais as tensões da coletividade.

Poder-se-ia dizer que o índice de criminalidade aumentou na capital, pelo crescimento da população de baixa renda, vindas do interior e o conseqüente desemprego. Mas, não senhores. A criminalidade aumentou também no interior, como prova a denúncia de um prefeito, em matutino de hoje. Chegando ele a dizer: „nem viatura temos para perseguir os marginais”.

Está aí um exemplo cabal de que estamos despreparados para enfrentar a onda de crime que assola o Paraná.

A Associação dos delegados de polícia do Paraná tem reclamado e reivindicado melhorias no aparelhamento policial, justamente por se sentir impotente, com os instrumentos de que dispõe, atualmente, para enfrentar o desafio da violência que campeia livremente. As delegacias não dispõem de recursos materiais, e são poucos os recursos humanos capazes de enfrentar quadrilhas organizadas com sofisticação invejável. Há em verdade, uma luta terrivelmente desigual entre o delinqüente bem equipado e a polícia despreparada para o confronto fatal.

Impõe-se uma retomada de consciência, uma reavaliação realista das necessidades fundamentais do poder policial. O Estado não pode, nem deve contemplar indiferente o crescimento disparado da violência, a enlutar lares e dilapidar o patrimônio dos cidadãos, permitindo a impunidade dessa horda de malfeitores.

Essa omissão pode ocasionar a mudança da própria condição humana, tornando o povo insensível e frio, a própria figura espectral do medo, quando vê falharem os organismos responsáveis pela sua integridade física e segurança pessoal.

Pode-se dizer que a violência está em toda parte, mas questioná-la é uma obrigação impostergável daqueles que têm responsabilidade pública. Cumpre, pois, ao Estado enfrentá-la enquanto é tempo.

E desta tribuna eu apelo, nesta hora e agora, ao governador José Richa e ao senhor secretário de Estado da Segurança Pública, que se têm consciência como nós, da necessidade de enfrentar o problema da criminalidade, que o façam agora ou estaremos todos cada vez mais inseguros”.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A presidência dirige-se à liderança do PDS, informando que faltam 15 minutos do seu horário.

Com a palavra o deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. presidente, srs. deputados.

O governo do PMDB no Paraná não está à altura da tarefa que lhe foi delegada pela vontade soberana do nosso povo, nas urnas de 15 de novembro. O que estava ruim, ficou pior. Se os paranaenses eram vistos entre outros brasileiros como um dos poucos de que dispunham de uma bem montada estrutura administrativa pública estadual, especialmente nos setores da agricultura e dos serviços de saúde, hoje já não podem sentir-se como centro destas atenções, porque o governo José Richa está conseguindo empreender a inacreditável tarefa de desestruturar estes setores, pela ação deletéria de auxiliares empenhados em desestabilizar a gestão pública paranaense, para atender aos seus sóbrios propósitos de convulsão.

Estamos a presenciar no Paraná a acentuada erosão das estruturas administrativas que começa com a perseguição política dos contrários ao partido do governo e termina com a sua eliminação dos quadros do serviço público, sob a famigerada alegação de incompatibilidade ideológica com o governo do PMDB, que já sacrificou mais de dois mil funcionários do Estado, hoje lançados ao desemprego, ao desespero, por não terem meios para prover a subsistência de suas famílias.

O povo paranaense vive hoje sob o governo da

mentira, pois dentre as muitas propostas de mudanças, o candidato José Richa e os seus partidários assumiram o compromisso de, se eleito o candidato do PMDB, empreenderiam um programa de governo de total apoio à agricultura e à saúde, especialmente com o objetivo de proporcionar maior amparo aos pequenos produtores de horti-fruti-granjeiros para que a população paranaense pudesse dispôr de alimentação mais sadia e a preços mais acessíveis.

Ali, em seu discurso de posse, o governador José Richa prometeu com relação a agricultura que, todo o apoio seria oferecido às pequenas e médias unidades produtivas que cumprem o importantíssimo papel na tarefa da oferta de alimentos básicos, mediante o oferecimento de assistência técnica e financeira e da criação de novos canais da comercialização de produtos.

Hoje, podemos constatar que se trata de mais uma falácia de Sua Excelência.

E, para comprovar estas minhas afirmações, vejamos o que está ocorrendo no setor de comercialização de horti-fruti-granjeiros em Curitiba. Os especialistas afirmam que um dos maiores problemas que afetam tanto a produção quanto o abastecimento é a comercialização desses produtos, pois quanto maior for a margem de comercialização, menores serão os preços recebidos pelos produtores e maiores os preços pagos pelos consumidores.

Para regular estas relações, foram idealizadas e colocadas em prática uma série de medidas no País por iniciativa de governantes e entidades do empresariado, numa ação conjunta capaz de beneficiar produtores atacadistas e varejistas e tendo por objetivo final o consumidor.

Estes propósitos encontraram no Paraná um forte apoio decisivo por parte do governo do Estado. Pois bem: o Ceasa de Curitiba está vivendo momentos dramáticos e enfrentando enormes dificuldades como conseqüência da falta de ajustamento do governo do PMDB. Ali se reflete o desentrosamento entre as secretarias da Agricultura e da Saúde, gerando graves prejuízos para a população paranaense, em particular a curitibana. A crise no Ceasa provocou uma acentuada queda nas suas atividades, chegando a ameaçar a sua existência como central de abastecimento. Dados computados revelam que o Ceasa de Curitiba comercializava 1.200 toneladas diárias de gêneros alimentícios horti-fruti-granjeiros. No momento, está comercializando apenas 700 toneladas, com um decréscimo de 500 toneladas diárias. Dos 204 boxes ali existentes, só no mês de maio, 30 foram devolvidos pelos comerciantes, como conseqüência do aumento exagerado dos aluguéis em quase 57 por cento no primeiro semestre deste ano.

Além disso, os comerciantes têm de fazer face ao aumento das despesas com manutenção, vigilância, taxa d'água, limpeza e outros serviços. Por inoperância administrativa do governo do PMDB, os serviços de limpeza entraram em colapso e ali começaram a proliferar os ratos que comprometem a saúde pública e estão causando grandes prejuízos aos usuários do Ceasa. O rato é o transmissor da leptospirose. A urina do rato em contato com a pele humana é fatal para a pessoa atingida. E no Paraná, foram registrados, nos últimos meses, pela Secretaria da Saúde, 28 casos de leptospirose. A falta de limpeza no Ceasa acabou por criar as condições favoráveis para a rataria, que se reproduz de maneira espantosa e investe contra os alimentos armazenados. Basta acentuar, que os representantes dos comerciantes do Ceasa que estiverem nesta semana em contato com deputados nesta Assembléia, informaram que apenas numa noite foram devorados 200 sacos de fubá, dezenas de abacaxis e centenas de outros produtos. Além de prejuízos aos comerciantes, a ação e presença dos roedores, em enorme quantidade no Ceasa, é grave ameaça à saúde pública, pois os gêneros ali adquiridos se destinam ao consumo da população, e ao sofrerem o contágio da urina dos ratos, ratões e

ratazanas, podem se transformar, de alimentos, em perigosos vetores da fatal leptospirose.

Os representantes dos comerciantes do Ceasa, que estiveram nesta Casa, denunciaram que têm sido inúteis seus esforços junto às secretarias da Agricultura e da Saúde...

O Sr. Paulo Furiatti — Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... para que ponham em prática as providências que a situação está a exigir das autoridades públicas.

O Sr. Paulo Furiatti — Concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Na continuidade, concederei.

Jogados de Germer para Cordoni e vice-versa, os comerciantes ouvem afirmações de que o Ceasa é coisa de capitalista, exploradores das necessidades das classes sociais subalternas, pois foi organizada no Paraná, no governo Jayme Canet Júnior, cuja filosofia administrativa era de apoio ao empresariado, que hoje está sendo repudiado e perseguido, e é abjurado pelos adeptos da democracia participativa do governo do senhor José Richa, do governo do PMDB do Paraná.

Lançados às traças, ou melhor, jogados aos ratos pelo governo do PMDB, os comerciantes estão abandonando o Ceasa. Assim é que uma empresa paranaense, das mais conceituadas do Estado, do País, e conhecida até no exterior, como é o caso da "Rodolpho Senff", acaba de retirar-se do Ceasa.

Em tudo isto que está ocorrendo como resultado do descompasso que se registra na administração Richa, os maiores prejudicados estão sendo os consumidores, pois os preços dispararam.

Vejamos algumas constatações desta minha afirmativa: (Lê).

"Em relação ao mês de fevereiro deste ano, os preços de julho dispararam longe. O pepino salada, de 150 para 450 cruzeiros o quilo; o repolho médio de 150 para 300 cruzeiros a unidade; o tomate de 150 para 280 o quilo; a vagem de 250 para 800 cruzeiros o quilo; o cheiro verde de 40 para 120 o maço; a couve brócolis de 60 para 200 cruzeiros o maço; a couve manteiga de 40 para 120; o rabanete de 50 para 200 cruzeiros o maço; o alface de 50 para 180 cruzeiros o pé; a batata "delta" de 80 para 280 o quilo; a batatinha média de 100 para 300; o aipim de 80 para 150; a cebola de 120 para 450, e a abobrinha verde de 120 para 600 cruzeiros o quilo.

Ora senhores, o Ceasa, como tudo neste governo do PMDB, está funcionando ao contrário dos interesses do povo paranaense. Como central de abastecimento, sua finalidade é diminuir o preço final do produto. O que não está ocorrendo, pois os preços no Ceasa estão muito mais altos do que os do Mercado Municipal.

Aí está mais um fracasso do governo do PMDB no Paraná. É de perguntar-se, como perguntou um dos ideólogos desse governo - o jornalista Walmor Marcelino: "como e quando o governo vai liberar seus principais auxiliares das secretarias e entidades vinculadas, para que saiam do plano das sugestões e passem a executar com fluência e agilidade as políticas setoriais propostas?".

Como nada disso está sendo possível nesse governo dominado pela inércia, o povo paranaense sofre as desastrosas consequências do pp-peemedebismo'".

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Esta presidência informa ao orador que seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Apenas, nobre deputado Luiz Alberto Oliveira, Vossa Excelência inaugura hoje as explicações das explicações.

Esquecendo o processo inflacionário e esquecendo toda a política governamental-federal, que está a colocar os produtos nas alturas.

E culpa o aumento dos preços em função de uma administração do governo e em função das ratazanas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu respondo a Vossa Excelência, dizendo que, quanto a inflação, Vossa Excelência nada pode fazer para resolver, porque não é sua função, trata Vossa Excelência é dos ratos, pois do PMDB, tratamos nós, a bancada do PDS. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 srs. deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio-mento.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio-mento.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 61/83, (Mensagem nº 17/83, ex-Proposição nº 20/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio nº 115/82, celebrado em 12 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, Ministério do Interior e a Sudesul, com intervenção de Órgãos e objetivos que especifica.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 62/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 12/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Termo Aditivo nº 192/82, datado de 29 de novembro de 1982, ao termo de cooperação técnica e financeira nº 283/82, celebrado em 1º/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o município de Umuarama, objetivando a execução do "prosafras", no exercício de 1982.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 02/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos aditivos firmados em 26/08/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios do "Prosafras", no exercício de 1982.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 12/83, de autoria do deputado FUAD NACLI, que estabelece redução sobre multas, juros e correção incidentes sobre as contribuições em atraso para o IPE e CPSJ, conforme especifica. Com Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 43/83, de autoria do deputado EDGARD PIMENTEL, que denomina "Colégio Polivalente Pedro Boaretto Neto", o estabelecimento de ensino de 2º grau, da cidade de Cascavel. Com Pareceres

favoráveis da C.C.J. e C.E., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 62/83, de autoria do deputado WERNER WANDERER, que eleva para 11 (onze) o número de vereadores à Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, para a próxima Legislatura. Com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 91/83, de autoria do deputado PAULO FURIATTI e outros, que concede ao senhor TEOTÔNIO BRANDÃO VILELA, o Título de Cidadão Honorário do Paraná. Com Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 04/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o termo aditivo datado de 29/11/82, ao convênio celebrado em 1º/02/82, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 10/83, (Mensagem nº 14/83, ex-Proposição nº 14/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o termo de cooperação e compromisso nº 23/82, celebrado em 27/12/82, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Inajá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 13/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 11/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente, solicitando a anexação da Mensagem Governamental nº 59/83 ao Projeto de Lei nº 27/83, que já tramita por esta Assembléia, por versarem sobre o mesmo assunto.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao senhor presidente do Tribunal de Justiça, no sentido da criação e instalação do Distrito Judiciário de São João, no município de Altônia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao senhor diretor geral do Detran, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, visando a criação e instalação da Ciretran, no município de Alto Piquiri.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Marinha Brasileira, bem como ao senhor ministro da Marinha, em virtude da construção e instalação

da Escola de Fluviais do município de Foz do Iguaçu.— Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) — Para discutir, Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos senhores presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como às lideranças de todos os partidos políticos nas duas casas do Congresso, manifestando posição contrária à aprovação do Decreto-Lei nº 2045, que estabelece reajuste salarial em 80 por cento do INPC.— Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do "Dia do Advogado", no dia 11 de agosto do corrente ano, cientificando-se do presente o senhor presidente da OAB - Seção do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao senhor secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de verba para manutenção da creche "Criança Feliz", no município de Terra Boa.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor comandante da Polícia Militar do Estado, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, cumprimentando-o pelo 129º aniversário de instalação e funcionamento da Polícia Militar.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao senhor ministro da Fazenda, encarecendo informações referentes ao pagamento da última cota do Fundo de Participação dos municípios cujo valor foi reduzido a 50 por cento do previsto pelas prefeituras.— Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Revista da APREFFA — Associação de Preservação da Flora e da Fauna.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais desta Casa, da "Carta de Cascavel", elaborada por empresários paranaenses participantes da 7a. Convenção Estadual do Comércio Lojista do Paraná. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.— (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 12, 43, 62 e 91/83.
- 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 8, 10 e 13/83.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRIO PEREIRA, EM SESSÃO DO DIA 11 DE AGOSTO DE 1983.

“CARTA DE CASCAVEL”

Os empresários do comércio lojista do Paraná, reunidos em convenção na cidade de Cascavel, entre os dias 8 a 10 de julho de 1983, debatendo seus problemas e suas perspectivas, na tentativa de encontrar a resposta sobre o futuro do comércio lojista, vêm de público, expressar as conclusões chegadas após os debates que foram desenvolvidos.

Somos, no Paraná, mais de 70 mil empresários comerciais, empregando mais de 600 mil pessoas diretamente, e 2 milhões de pessoas, indiretamente, contribuindo com substancial parcela de recursos para os cofres municipais, estaduais e federais. Levamos o bem-estar a todos os quadrantes de nosso Estado. Estamos, com nosso esforço e dedicação em todas as cidades e vilas, oferecendo produtos, sondando as preferências da população, transformando esses desejos em pedidos para as fábricas, arcando com os riscos e benefícios dessa atividade produtiva.

O tema central de nossa convenção “O futuro do Comércio Lojista” reflete nossas atuais preocupações.

Os 600 empresários reunidos em Cascavel já demonstram a pujança do comércio lojista paranaense.

Debatemos o planejamento geral de nossas lojas, no crítico momento da economia nacional em que vivemos. Preocupamo-nos pelas premissas que orientam esse planejamento. Novamente nos posicionamos em favor da livre iniciativa que é o meio mais eficaz para se promover o desenvolvimento e a justa partilha dos seus frutos. Também, com a excessiva participação do Estado na iniciativa privada.

Sentimos que existem distorções no Sistema Tributário Nacional que deveriam ser corrigidas. Entre outras, tratou-se especialmente do problema do ICM sobre o acréscimo financeiro das vendas a prazo, que beneficia grupos ligados a financeiras em detrimento do comércio em geral.

Consideram os lojistas que medidas apropriadas de redução do nível inflacionário, devem ser urgentemente tomadas. A inflação é um dos ônus mais regressivos e injustos que se pode imaginar.

Rejeitam as soluções simplistas, pregadas por muitos, de reajuste irreal dos salários; consideram que a verdadeira riqueza de um País é a sua produção de bens e serviços, e a sua distribuição entre os membros da sociedade é função do livre mercado.

Discutiram e concluíram que os juros estão em níveis insuportáveis e vêm com apreensão o fato de que as atividades especulativas no mercado financeiro rendem mais que as atividades produtivas. Consideram o fato preocupante em todos os sentidos.

Debateram os problemas da micro, pequena e média empresa, sufocadas por um autêntico cipoal de normas e regulamentos. Somos favoráveis a uma maior liberalização dos procedimentos dessas empresas. No momento em que o desemprego é crucial, vemos nessas empresas, desde que

liberadas, um agente reconduzidor do processo de crescimento e do aumento da oferta de emprego.

Não solicitamos ao governo maior intervenção, pelo contrário, clamamos por maior liberalização. Porém, é necessário que o governo exerça o papel primordial necessário que o governo exerça o papel primordial de direcionamento da economia.

Essa é a mensagem que os lojistas paranaenses reunidos em sua “VII Convenção do Comércio Lojista” desejam transmitir às autoridades e à Nação. Querem trabalhar mais e dar a um maior número de brasileiros a oportunidade de trabalharem pela superação dos problemas que hoje temos e para o porvir de nosso Estado e de nosso povo.

Cascavel, 9 de julho de 1983.”

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1983.**

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Nelson Vasconcellos e Sérgio Spada.

Às 16:50 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o senhor deputado Ervin Bonkoski. (1).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 srs. deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 13/83, que dispõe sobre a adoção do livro didático nas escolas públicas do Estado e dá outras providências.— **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 17, de 21.3.83).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 51/83, que declara de utilidade pública a “Colméia Menina de Maringá”, com sede e foro no referido município.— **Aprovado. (Publicado no D.A. 49).**

Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declara encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.